



**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE GOIÁS
CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2010**

ANEXO III – PROGRAMAS DAS PROVAS

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

CONHECIMENTOS GERAIS:

Língua Portuguesa – Interpretação de texto. Significação das palavras: sinônimos, antônimos, sentidos próprio e figurado. Nova ortografia, pontuação, acentuação. Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção (classificação e sentido que imprime as relações entre as orações). Concordâncias verbais e nominais. Regências verbais e nominais. Crase. Figuras de sintaxe: vícios de linguagem. Equivalência e transformação de estruturas. Flexões (gênero, número, grau e pessoa): substantivos, adjetivos e pronomes. Processos de coordenação e subordinação. Colocação pronominal. Equivalência e transformação de estrutura. Atualidades: As questões referentes à prova de atualidades versarão sobre assuntos de interesse geral, nacional ou internacional, amplamente veiculados, nos últimos dois anos, pela imprensa falada ou escrita de circulação nacional ou local - rádio, televisão, jornais, e/ou revistas.

Matemática – Conjuntos Numéricos; Números naturais e números inteiros: operações, relação de ordem, divisibilidade, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum. Números fracionários e decimais: operações, relação de ordem, propriedades e valor absoluto. Razão e Proporção; Grandezas diretamente e inversamente proporcionais; Regra de três simples e composta; Porcentagem; Noções de Estatística; Apresentação de dados estatísticos: tabelas e gráficos. Medidas de centralidade: média aritmética, média ponderada, mediana e moda.

Informática – Conhecimentos básicos de informática; conceitos/ conhecimentos básicos de operação com arquivos em sistema operacional Windows; conhecimentos básicos de aplicativos para edição de textos e planilha eletrônica utilizando software (s) livre e outros aplicativos como Word, Excel, Power Point e Outlook; conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas; Navegadores de Internet e aplicações. Hardware e periféricos. Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados à Internet e intranet.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

Noções de Administração Geral: Administração: conceitos e objetivos; níveis hierárquicos e competências gerenciais. Noções de Planejamento, organização, Direção e Controle. Noções de documentação: conceito, importância, natureza, finalidade, características, fases do processo de documentação e classificação. Noções de arquivo: conceito, tipos, importância, organização, conservação e proteção de documentos. Noções de Gestão de Pessoas: conceitos; objetivos; conhecimento; habilidade; competência; absenteísmo; rotatividade de pessoal, recrutamento; seleção; treinamento; desenho de cargos; e

remuneração. Noções sobre a legislação trabalhista brasileira: férias, rescisão de contrato, aplicação dos encargos e demissão. Noções de Administração de Materiais: conceitos. Noções fundamentais de compras e compras no serviço público; cadastro de fornecedores; modalidades de licitação; noções básicas de almoxarifado e recebimento de materiais. Noções de Administração Orçamentária e Financeira: orçamento público: conceitos; princípios; liquidação; empenho; apuração dos impostos municipais, estaduais e federais. Noções de legislação previdenciária geral. Espécies de atos administrativos: atos normativos, ordinatórios, negociais, enunciativos e punitivos, ata, memorando, ofício, circular, certidão, apostila, requerimento e correio eletrônico. Serviço de protocolo e arquivo: tipos de arquivos, acessórios do arquivo, fases do arquivamento técnicas, sistemas e métodos. Protocolo: recepção, classificação, registro e distribuição de documentos. Expedição de correspondências: registro e encaminhamentos. Administração de materiais: operações de almoxarifado, controle e movimentação de estoque, inventário. Segurança no trabalho: noções de segurança no ambiente de trabalho envolvendo armazenamento e movimentação de materiais. Organização do espaço de trabalho. Apresentação pessoal. Relacionamento interpessoal. Ética profissional.

MOTORISTA

CONHECIMENTOS GERAIS:

Língua Portuguesa – Compreensão e interpretação de textos. Tipologia textual. Nova ortografia oficial. Acentuação gráfica. Emprego das classes de palavras. Emprego do sinal indicativo de crase. Sintaxe da oração e do período, vícios de linguagem. Pontuação. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Significação das palavras. Atualidades sobre assuntos de interesse geral, nacional ou internacional, amplamente veiculados, nos últimos dois anos, pela imprensa falada ou escrita de circulação nacional ou local - rádio, televisão, jornais, e/ou revistas.

Matemática – Conjuntos Numéricos; Números naturais e números inteiros: operações, relação de ordem, divisibilidade, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum; Números fracionários e decimais: operações, relação de ordem, propriedades e valor absoluto Razão e Proporção; Grandezas diretamente e inversamente proporcionais; Regra de três simples e composta; Porcentagem.

Informática – Conhecimentos básicos de informática; conhecimentos básicos de aplicativos para edição de textos e planilha eletrônica como Word, Excel, conhecimentos básicos de internet e correspondência eletrônica.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

Código de Trânsito Brasileiro (LEI Federal de nº 9503 de 23/09/1997 e legislações complementares: Formação do condutor. Exigências para categorias de habilitação em relação ao veículo conduzido. Documentos do condutor e do veículo: apresentação e validade. Sinalização viária. Penalidades e crimes de trânsito. Direitos e deveres do cidadão. Normas de circulação e conduta. Infrações e penalidades referentes a: documentação do condutor e do veículo. Estacionamento, parada e circulação. Segurança e atitudes do condutor, passageiro, pedestre e demais atores do processo de circulação. Direção defensiva: Conceito de direção defensiva - veículos de 2 e 4 rodas. Condições adversas. Como evitar acidentes. Cuidados com os demais usuários da via. Estado físico e mental do condutor. Situações de risco. Noções de Primeiros Socorros: sinalização do local do acidente, acionamento de recursos em caso de acidentes,

verificação das condições gerais da vítima, cuidados com a vítima (o que não fazer). Noções de Proteção e Respeito ao Meio Ambiente e de Convívio Social no Trânsito: o veículo como agente poluidor do meio ambiente. Regulamentação do CONAMA sobre poluição ambiental causada por veículos. Emissão de gases. Emissão de partículas (fumaça). Emissão sonora. Manutenção preventiva do veículo para preservação do meio ambiente: do indivíduo, do grupo e da sociedade. Noções sobre Funcionamento do Veículo de 2 e 4 rodas: equipamentos de uso obrigatório do veículo e sua utilização. Noções de manuseio e do uso do extintor de incêndio. Responsabilidade com a manutenção do veículo. Alternativas de solução para eventualidades mais comuns. Educação e Ética para o trânsito: conceito, propostas, responsabilidades dos órgãos competentes.

TELEFONISTA

CONHECIMENTOS GERAIS:

Língua Portuguesa – Compreensão e interpretação de textos. Tipologia textual. Nova ortografia oficial. Acentuação gráfica. Emprego das classes de palavras. Emprego do sinal indicativo de crase. Sintaxe da oração e do período, vícios de linguagem. Pontuação. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Significação das palavras. Atualidades sobre assuntos de interesse geral, nacional ou internacional, amplamente veiculados, nos últimos dois anos, pela imprensa falada ou escrita de circulação nacional ou local - rádio, televisão, jornais, e/ou revistas.

Matemática – Conjuntos Numéricos; Números naturais e números inteiros: operações, relação de ordem, divisibilidade, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum; Números fracionários e decimais: operações, relação de ordem, propriedades e valor absoluto Razão e Proporção; Grandezas diretamente e inversamente proporcionais; Regra de três simples e composta; Porcentagem.

Informática – Conhecimentos básicos de informática; conhecimentos básicos de aplicativos para edição de textos e planilha eletrônica como Word, Excel, conhecimentos básicos de internet e correspondência eletrônica, conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas; Hardware e periféricos. Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados à Internet e intranet.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

Organização do ambiente da telefonista. Técnicas de comunicação. A importância, os objetivos e os elementos básicos da comunicação. Os obstáculos à comunicação. As formas de comunicação. A comunicação telefônica. Regras de conduta e ética dos procedimentos ao telefone. Centrais telefônicas. Sistema PABX. Procedimentos operacionais em uma mesa telefônica. Serviços de voz. Serviços das companhias telefônicas. Código e relação das operadoras no Brasil. Ligações locais. Ligações de longa distância. Consulta a listas telefônicas. Ligações internacionais. Ligações para serviços. Fusos horários. Serviços oferecidos pelas operadoras. Noções de uso e conservação de equipamentos de telefonia.

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

ADVOGADO

CONHECIMENTOS GERAIS:

Língua Portuguesa – Interpretação de texto. Significação das palavras: sinônimos, antônimos, sentidos próprio e figurado. Ortografia atualizada. Pontuação. Acentuação. Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção (classificação e sentido que imprime as relações entre as orações). Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Crase. Figuras de sintaxe. Vícios de linguagem. Equivalência e transformação de estruturas. Flexão de substantivos, adjetivos e pronomes (gênero, número, grau e pessoa). Processos de coordenação e subordinação. Sintaxe. Morfologia. Estrutura e formação das palavras. Discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre. Processos de coordenação e subordinação. Colocação Pronominal. Equivalência e transformação de estrutura.

Matemática – Conjuntos numéricos (números naturais e números inteiros: operações, relação de ordem, divisibilidade, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum. Números fracionários e decimais: operações, relação de ordem, propriedades e valor absoluto. Razão e proporção: grandezas diretamente e inversamente proporcionais; regra de três simples e composta; porcentagem; juros simples e composto; noções de estatística; apresentação de dados estatísticos: Tabelas e gráficos. Medidas de centralidade: média aritmética, média ponderada, mediana e moda. Raciocínio Lógico Matemático: Organizar o pensamento matemático, identificando as variáveis determinantes e secundárias. Distinguir e utilizar raciocínios dedutivos e indutivos. Selecionar dados, interpretar e resolver situações problemas.

Informática – Conhecimentos básicos de informática; conceitos/ conhecimentos básicos de operação com arquivos em sistema operacional Windows; conhecimentos básicos de aplicativos para edição de textos e planilha eletrônica utilizando software (s) livre e outros aplicativos como Word, Excel, Power Point e Outlook; conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas; Navegadores de Internet e aplicações. Hardware e periféricos. Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados à Internet e intranet.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

DIREITO CONSTITUCIONAL: Evolução constitucional do Brasil. Constituição: conceito e classificação. Normas constitucionais: classificação. Preâmbulo, normas constitucionais programáticas e princípios constitucionais. Disposições constitucionais transitórias. Hermenêutica constitucional. Poder constituinte. Controle de constitucionalidade: direito comparado. Sistema brasileiro. Evolução histórica. Normas constitucionais inconstitucionais. Declaração de inconstitucionalidade sem redução de texto e declaração conforme a constituição. Inconstitucionalidade por omissão. Ação direta de inconstitucionalidade: origem, evolução e estado atual. Ação declaratória de constitucionalidade. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Da declaração de direitos: histórico; teoria jurídica e teoria política. Direitos e garantias individuais e coletivos. Princípio da legalidade e da reserva legal. Princípio da isonomia. Regime constitucional da propriedade. Princípio do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa. Habeas corpus, mandado de segurança, mandado de injunção e habeas data. Liberdades constitucionais. Jurisdição constitucional no direito brasileiro e

no direito comparado. Direitos difusos coletivos e individuais homogêneos. Direitos sociais e sua efetivação. Princípios constitucionais do trabalho. Direito à Nacionalidade. Direitos Políticos. Estado federal: conceito e sistemas de repartição de competência, direito comparado, discriminação de competência na Constituição de 1988, Intervenção federal, Princípio da simetria constitucional. Estado Democrático de Direito: fundamentos constitucionais e doutrinários. Organização dos Poderes: mecanismos de freios e contrapesos. União: competência. Estado-membro; poder constituinte estadual: autonomia e limitações. Estado-membro: competência e autonomia. Administração pública: princípios constitucionais. Servidores públicos: princípios constitucionais. Poder Legislativo: organização; atribuições; processo legislativo. Poder Executivo: presidencialismo e parlamentarismo; ministro de Estado. Limitações constitucionais do poder de tributar. Ordem econômica e ordem financeira. Interesses difusos e coletivos. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Da Saúde, proteção constitucional à saúde pública, Assistência à saúde e iniciativa privada, competência administrativa e legislativa da saúde pública e vigilância sanitária, Sistema Único de Saúde, Competências do Sistema Único de Saúde.

DIREITO ADMINISTRATIVO: Conceito de administração pública sob os aspectos orgânico, formal e material. Conceito de direito administrativo. Fontes do direito administrativo: doutrina e jurisprudência na formação do direito administrativo. Lei formal. Regulamentos administrativos, estatutos e regimentos; instruções; princípios gerais; tratados internacionais; costume. Descentralização e desconcentração da atividade administrativa. Relação jurídico-administrativa. Personalidade de direito público. Conceito de pessoa administrativa. Teoria do órgão da pessoa jurídica: aplicação no campo do direito administrativo. Classificação dos órgãos e funções da administração pública. Competência administrativa: conceito e critérios de distribuição. Avocação e delegação de competência. Concentração e desconcentração de competência. Ausência de competência: agente de fato. Hierarquia. Poder hierárquico e suas manifestações. Administração Pública direta e indireta. Autarquias. Agências reguladoras e executivas. Fundações públicas. Empresa pública. Sociedade de economia mista. Entidades paraestatais, em geral. Fatos da administração pública: atos da administração pública e fatos administrativos. Formação do ato administrativo: elementos; procedimento administrativo. Validade, eficácia e auto-executoriedade do ato administrativo. Atos administrativos simples, complexos e compostos. Atos administrativos unilaterais, bilaterais e multilaterais. Atos administrativos gerais e individuais. Atos administrativos vinculados e discricionários. Mérito do ato administrativo, discricionariedade. Controle do ato administrativo. Ato administrativo inexistente. Atos administrativos nulos e anuláveis. Revogação, anulação e convalidação dos atos administrativos. Teoria das nulidades no direito administrativo. Vícios do ato administrativo. Teoria dos motivos determinantes. Processo Administrativo (Lei nº 9784/99). Contrato administrativo: discussão sobre sua existência como categoria específica; conceito e caracteres jurídicos. Formação do contrato administrativo: elementos. Licitação: conceito, modalidades e procedimentos; dispensa e inexigibilidade de licitação. Execução do contrato administrativo: princípios; teorias do fato do príncipe e da imprevisão. Extinção do contrato administrativo: força maior e outras causas. Espécies de contratos administrativos. Convênios administrativos. Consórcios públicos (Lei nº 11.107/2005). Terceiro setor. Parcerias público privadas (Lei 11.079/2004). Poder de polícia: conceito; polícia judiciária e polícia administrativa; liberdades públicas e poder de polícia. Principais setores de atuação da polícia administrativa. Serviço público: conceito; caracteres jurídicos; classificação e garantias. Usuário do serviço público. Concessão de serviço público: natureza jurídica e conceito; regime jurídico financeiro. Extinção da concessão de serviço público; reversão dos bens. Permissão e autorização. Bens públicos: classificação e caracteres jurídicos. Natureza jurídica do domínio público. Domínio público hídrico: composição; regime jurídico das

águas públicas. Utilização dos bens públicos: autorização, permissão e concessão de uso; ocupação; aforamento; concessão de domínio pleno. Limitações administrativas: conceito; Controle interno e externo da administração pública. Sistemas de controle jurisdicional da administração pública: contencioso administrativo e sistema da jurisdição una. Controle jurisdicional da administração pública no direito brasileiro. Tribunal de Contas da União e suas atribuições. Entendimentos com caráter normativo exarado pela Corte de Contas. Agentes públicos: servidor público e funcionário público; natureza jurídica da relação de emprego público; preceitos constitucionais. Funcionário efetivo e vitalício: garantias; estágio probatório. Funcionário ocupante de cargo em comissão e função de confiança. Improbidade administrativa. Formas de provimento e vacância dos cargos públicos. Exigência constitucional de concurso público para investidura em cargo ou emprego público. Procedimento administrativo. Instância administrativa. Representação e reclamação administrativas. Pedido de reconsideração e recurso hierárquico próprio e impróprio. Prescrição administrativa. Aspectos de responsabilidade do parecerista pelas manifestações exaradas e do administrador público, quando age em acordo e quando age em desacordo com tais manifestações. Lei de Improbidade (Lei nº 8.429/92). Lei nº 9.469/97.

DIREITO TRIBUTÁRIO: O Estado e o poder de tributar. Direito tributário: conceito e princípios. Tributo: conceito e espécies. Código Tributário Nacional. Normas gerais de direito tributário. Norma tributária. Espécies. Vigência e aplicação. Interpretação e integração. Natureza. Obrigação tributária: conceito; espécies; fato gerador (hipótese de incidência); sujeitos ativo e passivo; solidariedade; capacidade tributária; domicílio tributário. Crédito tributário. Conceito. Natureza. Lançamento. Revisão. Suspensão, extinção e exclusão. Prescrição e decadência. Repetição do indébito. Responsabilidade tributária. Responsabilidade por dívida própria e por dívida de outrem. Solidariedade e sucessão. Responsabilidade pessoal e de terceiros. Responsabilidade supletiva. Garantias e privilégios do crédito tributário. Sistema Tributário Nacional. Princípios gerais. Limitações do poder de tributar. Impostos da União. Impostos dos estados e do Distrito Federal. Impostos dos municípios. Dívida ativa e certidões negativas. Imunidade, não - incidência e isenção. Administração Tributária. Contencioso tributário judicial. Processo Administrativo Fiscal (Decreto no. 70.235/72). Execução Fiscal: Lei no 6.830/80.

DIREITO FINANCEIRO E ECONÔMICO: Finanças públicas na Constituição de 1988. Orçamento. Conceito e espécies. Natureza jurídica. Princípios orçamentários. Normas gerais de direito financeiro (Lei nº 4.320, de 17/3/1964). Fiscalização e controle interno e externo dos orçamentos. Despesa pública. Conceito e classificação. Princípio da legalidade. Técnica de realização da despesa pública: empenho, liquidação e pagamento. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000). Receita pública. Conceito. Ingressos e receitas. Classificação: receitas originárias e receitas derivadas. Preço público e sua distinção com a taxa. Dívida ativa da União de natureza tributária e não tributária.

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO: Direito do trabalho: definição, fontes. Princípios do direito do trabalho. Contrato individual de trabalho: conceito, requisitos, classificação. Sujeitos do contrato de trabalho. Responsabilidade solidária de empresas. Sucessão de empresas. Desconsideração da personalidade jurídica. Salário e remuneração. 13º salário. Salário-família. Salário-educação. Salário do menor e do aprendiz. Equiparação salarial. Suspensão e interrupção do contrato de trabalho. Paralisação temporária ou definitiva do trabalho. Força maior no direito do trabalho. Alteração do contrato individual de trabalho. Justa causa de despedida do empregado. Rescisão do contrato de trabalho. Aviso prévio. Indenizações em decorrência de dispensa do empregado. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Estabilidade. Reintegração do empregado estável. Inquérito para apuração de falta grave. Duração do

trabalho. Jornada de trabalho. Intervalos. Trabalho extraordinário e trabalho noturno. Repouso semanal remunerado. Férias: direito do empregado, época de concessão e remuneração. Segurança e higiene do trabalho. Periculosidade e insalubridade. Trabalho da mulher. Estabilidade da gestante. Trabalho noturno e trabalho proibido. Trabalho do menor. . Direito coletivo. Organizações sindicais: natureza jurídica, criação, administração e dissolução de sindicatos. Acordos e convenções coletivas de trabalho. Mediação e arbitragem. Direito de greve. Serviços essenciais. Condutas antisindiais e consequências. Profissões regulamentadas. Fiscalização trabalhista. Justiça do trabalho. Organização. Competência. Alterações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 45/2004. Ministério Público do Trabalho. Direito processual do trabalho. Fontes. Princípios gerais que informam o processo trabalhista. Processo do trabalho. Atos processuais. Formas de comunicação dos atos processuais. Procedimentos. Prescrição e decadência. Substituição e representação processuais, assistência judiciária e honorários de advogado. Dissídios individuais. Dissídios coletivos. Decisões judiciais. Termo de conciliação e sua eficácia. Nulidades no processo trabalhista. Recursos no processo trabalhista. 39 Liquidação de sentença. Execução no processo trabalhista. Embargos à execução no processo trabalhista. Processos especiais. Ação rescisória. Mandado de segurança. Execução contra a Fazenda Pública. Execução das contribuições sociais na Justiça do Trabalho. Competência. Legitimidade. Procedimento. Lei nº 10.035/2000. Prerrogativas do Fisco.

DIREITO CIVIL: Aplicação da lei no tempo e no espaço: retroatividade e irretroatividade da lei. Lei de Introdução ao Código Civil. Parte geral: das pessoas, dos bens e dos fatos jurídicos. A pessoa natural: início e fim da personalidade jurídica, capacidade, conceito e espécies. As incapacidades. A pessoa jurídica: conceito e classificação. As sociedades, associações e fundações. Constituição e extinção da pessoa jurídica. Representação. Domicílio. O objeto do direito: os bens: conceito e classificação, as várias espécies de bens. Fato, ato e negócio jurídico: conceito e elementos, classificação, a forma do ato jurídico e sua prova. Os defeitos dos atos jurídicos. As modalidades dos atos jurídicos. Existência, validade e eficácia do ato jurídico. Prescrição e decadência. Parte especial: do direito das coisas: da posse. Da posse: noção, espécies, aquisição e perda, efeitos da posse. Da propriedade: noção, modos de aquisição e perda. Da propriedade resolúvel. Condomínio. Direitos reais de garantia: disposições gerais, penhor, e hipoteca e alienação fiduciária em garantia. Registros públicos. Do direito das obrigações: modalidades. Efeitos. Teoria geral das obrigações: conceito, elementos e classificação. Obrigações solidárias. Cláusula penal. A insolvência e o inadimplemento. Perdas e danos. Juros moratórios. Efeitos das obrigações: o pagamento, natureza jurídica e elementos. Quem deve e pode pagar. Quem pode receber. Objeto do pagamento. Quitação. Lugar de pagamento. A mora do devedor e do credor: conceitos, requisitos, efeitos e extinção. Pagamento indevido. Enriquecimento sem causa. Consignação em pagamento. sub-rogação. Imputação e dação em pagamento. Novação e compensação. Transação, compromisso, confusão. Remissão da dívida. Transmissão das obrigações. Cessão de crédito, de débito e de contrato. Dos contratos: conceito, elementos e classificação. Formação do contrato. Efeitos dos contratos bilaterais: pacto comissário, cláusula resolutiva tácita, exceção do contrato não cumprido. Garantia contra a evicção. Garantia contra os vícios redibitórios. Arras. Estipulações em favor de terceiro. Espécies de contrato: compra e venda, empréstimos: mútuo e abertura de crédito, mandato, seguro e fiança. Das obrigações por declaração unilateral da vontade. Das obrigações por atos ilícitos. Liquidação das obrigações e do concurso de credores. Contrato de locação.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Da jurisdição: conceito, modalidades, poderes, princípios, órgãos, formas e limites da jurisdição civil. Competência: conceito; competência funcional e territorial; competência internacional. Competência absoluta e

relativa. Modificações da competência e conflito; conexão e continência. Da ação: conceito; ação e pretensão; natureza jurídica, condições, princípios, classificação. Do processo e procedimento: natureza e princípios. Formação, suspensão e extinção do processo; pressupostos processuais; tipos de procedimentos. Prazos: conceito, classificação, princípios, contagem; preclusão. Prazos especiais da Fazenda Pública. O juiz: poderes, deveres e responsabilidades. Do Ministério Público e dos auxiliares da justiça. Sujeitos do processo: das partes e dos procuradores. O litisconsórcio; capacidade de ser parte e estar em juízo. Legitimação ordinária e extraordinária. A substituição processual. Intervenção de terceiros; oposição; nomeação à autoria; denúncia da lide; chamamento ao processo; da assistência. Formação suspensão e extinção do processo. Dos atos processuais. Petição inicial: conceito, requisitos. Pedidos: espécies, modificação, cumulação. Causa de pedir. Despacho liminar: objeto, natureza, de conteúdo positivo, de conteúdo negativo. Da citação. Da intimação. Da resposta do réu: contestação, exceções, reconvenção. Revelia. Direitos indisponíveis. Providências preliminares e julgamento conforme o estado do processo. Antecipação de tutela. Tutela de específica. Despesas processuais e honorários advocatícios. Prova: conceito, modalidades, princípios gerais, objeto, ônus, procedimentos. Da audiência. Da sentença: requisitos; publicação. Da coisa julgada: conceito; limites objetivos e subjetivos; coisa julgada formal e coisa julgada material. Preclusão. Recursos: conceito, fundamentos, princípios, classificação, pressupostos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade, efeitos, juízo de mérito. Reexame necessário. Apelação. Agravo. Embargos infringentes, de divergência e de declaração. Recurso especial. Recurso extraordinário. Recurso repetitivo no STJ (Lei nº 11.672/2008). Repercussão geral no STF (Lei nº 11.418/2006). Ação rescisória. Nulidades. Liquidação de sentença. Cumprimento de sentença. Processo de execução: pressupostos e princípios informativos. Espécies de execução. Embargos à adjudicação. Embargos do devedor: natureza jurídica, cabimento e procedimento. Embargos de terceiro: natureza jurídica, legitimidade e procedimento. Execução fiscal. Da execução contra a fazenda pública. Processo e ação cautelares. Procedimento cautelar comum e procedimentos específicos. Juizados especiais federais. Da ação de usucapião de terras particulares. Ação civil pública, ação popular e ação de improbidade administrativa. Mandado de segurança individual e coletivo. Mandado de Injunção. Habeas data. Ação monitória. Reclamação Constitucional. Suspensão de Segurança, de liminar e de antecipação de tutela. Ação civil originária nos Tribunais.

DIREITO PENAL: Aplicação da lei penal. Princípios da legalidade e anterioridade. Lei penal no tempo e no espaço. Crime. Conceito. Relação de causalidade. Superveniência de causa independente. Relevância da omissão. Crime consumado, tentado e impossível. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime doloso, culposo e preterdoloso. Tipicidade (tipo legal do crime). Erro de tipo e erro de proibição. Coação irresistível e obediência hierárquica. Exclusão de ilicitude. Imputabilidade penal. Concurso de pessoas. Efeitos da condenação e da reabilitação. Pena de multa criminal (artigo 51 do Código Penal). Ação penal pública e privada. Extinção da punibilidade. Crimes contra a administração pública e Lei nº 8.429, de 2/6/1992. Crimes relativos à licitação (Lei nº 8.666, de 21/6/1993). Crimes contra a fé pública. Crimes de abuso de autoridade (Lei nº 4.898, de 9/12/1965). Crimes contra a ordem econômica, as relações de consumo e a economia popular (Lei Delegada nº 4, de 26/9/1962; Lei nº 1.521, de 26/12/1951; Lei nº 8.078, de 11/9/1990; Lei nº 8.137, de 27/12/1990; artigo 34 da Lei nº 9.249, de 26/12/1995; Lei nº 8.176, de 8/2/1991; Lei nº 8.884, de 11/6/1994). Crime de imprensa (Lei nº 5.250, de 9/2/1967). Crime de preconceito (Lei nº 7.716, de 5/1/1989). Crime organizado (Lei nº 9.034, de 3/5/1995). Suspensão condicional do processo (Lei nº 9.099, de 26/9/1995). Interceptação telefônica (Lei nº 9.296, de 24/7/1996). Crime de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei nº 9.613, de 3/3/1998). Crimes contra o sistema financeiro nacional (Lei nº 7.492/86). Crimes contra a organização do trabalho.

DIREITO PROCESSUAL PENAL: Princípios gerais. Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. Sujeitos da relação processual. Inquérito policial. Ação penal: conceito, condições, pressupostos processuais. Ação penal pública: titularidade, condições de procedibilidade. Denúncia: forma e conteúdo; recebimento e rejeição. Ação penal de iniciativa privada: titularidade. Queixa. Renúncia. Perdão. Perempção. Extinção da punibilidade. Ação civil. Jurisdição. Competência: critérios de determinação e modificação. Incompetência. Efeitos. Das questões e processos incidentes. Da prova: conceito, princípios básicos, objeto, meios, ônus, limitações constitucionais das provas, sistemas de apreciação. Sigilo bancário e fiscal. Interceptação das comunicações. Busca e apreensão. Do juiz, do Ministério Público, do acusado e defensor, dos assistentes e auxiliares da justiça. Da prisão e da liberdade provisória. Prisão em flagrante. Prisão preventiva. Prisão temporária. Das citações e intimações. Forma, lugar e tempo dos atos processuais. Dos atos processuais. Atos das partes, dos juízes, dos auxiliares da Justiça e de terceiros. Assistência. Dos prazos: características, princípios e contagem. Da sentença. Conceito, requisitos, classificação, publicação e intimação. Sentença absolutória: providências e efeitos. Sentença condenatória: fundamentação da pena e efeitos; efeitos civis da sentença penal. Da coisa julgada penal. Da aplicação provisória de interdições de direitos e medidas de segurança. Procedimento comum. Procedimento dos Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/95). Das nulidades. Dos recursos em geral: princípios básicos e modalidades e princípio da fungibilidade. Da revisão criminal. Das exceções. Do habeas corpus. Do processo e do julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. Do processo e do julgamento dos crimes de calúnia e injúria, de competência do juiz singular. Restituição de coisas apreendidas. Perdimento de bens.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA: Lei nº 5905 de 12 julho de 1973 que dispõe sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem e dá outras providências. Lei 7498 de 25 de junho de 1986 que Dispõe sobre a Regulamentação do Exercício da Enfermagem, e dá outras Providências. Lei 8967 de 28/12/1994 que Altera a redação do parágrafo único do art. 23 da Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências. Decreto lei nº 94406/87 que Regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da Enfermagem, e dá outras providências. Resoluções do Conselho Federal de Enfermagem em vigência disponível no portal do COFEN (www.cofen.gov.br). Carta dos direitos dos usuários da saúde – Ministério da Saúde, 2ª edição, 2007. Lei federal nº 9.431 de 06/01/1997 (Dispõe sobre a obrigatoriedade da manutenção de programa de controle de infecção hospitalar pelos hospitais do país). Lei federal nº 8080 de 19/09/1990 (dispõe sobre as condições para a promoção, proteção, e recuperação da saúde , a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências-lei orgânica da saúde). Lei Estadual nº 16140 de 05/10/2007 (dispõe sobre o sistema único de saúde – SUS, as condições para promoção, proteção, e recuperação da saúde , a organização, regulamentação, fiscalização e o controle dos serviços correspondentes e dá outras providências). NR nº 32 do MTE (Estabelece diretrizes básicas para a implementação de medidas de proteção à segurança e a saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde, bem como daqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral). Portaria GM/MS nº 2616 de 12/05/1998 (regulamenta o controle de infecção hospitalar em todo território nacional). Portaria MS nº 2048 de 05/11/2002 (dispõe sobre o regulamento técnico para o funcionamento dos sistemas de urgência/ emergência em âmbito nacional).

ENFERMEIRO FISCAL

CONHECIMENTOS GERAIS:

Língua Portuguesa – Interpretação de texto. Significação das palavras: sinônimos, antônimos, sentidos próprio e figurado. Ortografia atualizada. Pontuação. Acentuação. Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção (classificação e sentido que imprime as relações entre as orações). Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Crase. Figuras de sintaxe. Vícios de linguagem. Equivalência e transformação de estruturas. Flexão de substantivos, adjetivos e pronomes (gênero, número, grau e pessoa). Processos de coordenação e subordinação. Sintaxe. Morfologia. Estrutura e formação das palavras. Discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre. Processos de coordenação e subordinação. Colocação Pronominal. Equivalência e transformação de estrutura.

Matemática – Conjuntos numéricos (números naturais e números inteiros: operações, relação de ordem, divisibilidade, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum. Números fracionários e decimais: operações, relação de ordem, propriedades e valor absoluto. Razão e proporção: grandezas diretamente e inversamente proporcionais; regra de três simples e composta; porcentagem; juros simples e composto; noções de estatística; apresentação de dados estatísticos: Tabelas e gráficos. Medidas de centralidade: média aritmética, média ponderada, mediana e moda. Raciocínio Lógico Matemático: Organizar o pensamento matemático, identificando as variáveis determinantes e secundárias. Distinguir e utilizar raciocínios dedutivos e indutivos. Selecionar dados, interpretar e resolver situações problemas.

Informática – Conhecimentos básicos de informática; conceitos/ conhecimentos básicos de operação com arquivos em sistema operacional Windows; conhecimentos básicos de aplicativos para edição de textos e planilha eletrônica utilizando software (s) livre e outros aplicativos como Word, Excel, Power Point e Outlook; conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas; Navegadores de Internet e aplicações. Hardware e periféricos. Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados à Internet e intranet.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

Políticas de Saúde: Sistema Único de Saúde: Princípios básicos da Saúde pública previsto na Constituição da República Federativa do Brasil. Enfermagem em saúde pública. Atenção à saúde da pessoa e família em situação de risco. Auditoria de enfermagem. Reforma psiquiátrica. Políticas de atenção à saúde da criança e adolescente, da mulher, do adulto, e do idoso. Saúde Ambiental e vigilância sanitária. Sistemas de certificação de qualidade das instituições de saúde. Enfermagem na administração: organização do serviço de enfermagem, planejamento na administração de enfermagem, enfermagem e recursos humanos: recrutamento e seleção; característica da equipe de enfermagem e o enfermeiro como líder e agente de mudanças. Programa de Saúde da Família – PSF. Estratégias de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde. Programa de agentes comunitários de saúde. Saúde coletiva. Vigilância da saúde. Política Nacional de Humanização. Pactos pela vida, em defesa do SUS e de gestão do Ministério da Saúde. Doenças de notificação compulsória. Ética e Bioética. Ética e enfermagem: Conceitos e aplicabilidade . Ética e moral. Ética e cuidar em enfermagem. Legislação em enfermagem: princípios básicos de ética, implicações éticas e legais no exercício profissional de enfermagem. Regulamentação do exercício profissional. Epidemiologia e bioestatística: estatísticas de saúde. História natural das doenças e níveis

de prevenção. Vigilância epidemiológica. Programa Nacional de Imunização: rede de frio, composição das vacinas, efeitos adversos, recomendações para sua aplicação. Atenção à saúde da criança e do adolescente; da mulher; do adulto e do idoso. Atenção à saúde mental. Fundamentos de enfermagem. Sistematização da assistência de enfermagem. Prevenção e controle de infecção hospitalar. Risco biológico, biossegurança e ergonomia. Atenção à saúde do trabalhador e segurança do trabalho. Atuação do enfermeiro em Centro Cirúrgico e Centro de Material e Esterilização. Administração em enfermagem: princípios gerais da administração e funções administrativas: planejamento, organização, avaliação e controle. Gestão de qualidade. Sistema de regulação do SUS.

Legislação – Lei nº 5905 de 12 julho de 1973 que dispõe sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem e dá outras providências. Lei 7498 de 25 de junho de 1986 que Dispõe sobre a Regulamentação do Exercício da Enfermagem, e dá outras Providências. Lei 8967 de 28/12/1994 que Altera a redação do parágrafo único do art. 23 da Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências. Decreto lei nº 94406/87 que Regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da Enfermagem, e dá outras providências. Resoluções do Conselho Federal de Enfermagem em vigência disponível no portal do COFEN (www.cofen.gov.br). Carta dos direitos dos usuários da saúde – Ministério da Saúde, 2ª edição, 2007. Lei federal nº 9.431 de 06/01/1997 (Dispõe sobre a obrigatoriedade da manutenção de programa de controle de infecção hospitalar pelos hospitais do país). Lei federal nº 8080 de 19/09/1990 (dispõe sobre as condições para a promoção, proteção, e recuperação da saúde , a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências- lei orgânica da saúde). Lei Federal 10216 de 06 de abril de 2001 (dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais). Lei Estadual nº 16140 de 05/10/2007 (dispõe sobre o sistema único de saúde – SUS, as condições para promoção, proteção, e recuperação da saúde , a organização, regulamentação, fiscalização e o controle dos serviços correspondentes e dá outras providências). NR nº 32 do MTE (Estabelece diretrizes básicas para a implementação de medidas de proteção à segurança e a saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde, bem como daqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral). NR nº 06 do MTE (Estabelece e define os tipos de EPIs a que as empresas estão obrigadas a fornecer a seus empregados, sempre que as condições de trabalho o exigirem a fim de resguardar a saúde e a integridade física dos trabalhadores.) NR nº 24 do MTE (dispõe sobre as condições sanitárias nos locais de trabalho). RDC ANVISA nº 45 de 12/03/2003 (dispõe sobre o regulamento técnico de boas práticas de utilização das soluções parenterais em serviços de saúde). Resolução- RDC ANVISA nº 36 de 03/06/2008 (dispõe sobre o regulamento técnico para o funcionamento dos serviços de atenção obstétrica e neonatal). RDC ANVISA nº 154 de 15/06/2004 (dispõe sobre o regulamento técnico para o funcionamento dos serviços de diálise). Resolução ANVISA nº 7 de 24/02/2010 (dispõe sobre os requisitos mínimos para o funcionamento de unidades de terapia intensiva e dá outras providências.). Instrução Normativa ANVISA nº 4 de 24/02/2010 (dispõe sobre os indicadores para avaliação de unidades de terapia intensiva). RDC ANVISA nº 220 de 21/09/2004 (dispõe sobre o regulamento técnico de funcionamento para os serviços de terapia antineoplásica). Resolução- RDC ANVISA nº 11 de 26/01/2006 (dispõe sobre o regulamento técnico de funcionamento de serviços que prestam atenção domiciliar. Resolução – RDC ANVISA nº 101 de 30 de maio de 2001 (dispõe sobre o regulamento técnico para o funcionamento das comunidades terapêuticas – serviços de atenção as pessoas com transtornos decorrentes do uso ou abusivo de substâncias psicoativas, segundo modelo psicossocial). Portaria GM/MS nº 2616 de 12/05/1998 (regulamenta o controle de infecção hospitalar em todo território nacional). RDC ANVISA nº 306 de 07/12/2004 (dispõe sobre o regulamento técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde). Portaria

GM/MS nº 05 de 21/02/2006 (inclui doenças na relação nacional de notificação compulsória, define doenças de notificação compulsória imediata, relação dos resultados laboratoriais que devem ser notificados pelos laboratórios de referência nacional e normas para notificar casos). Portaria GM/MS nº 251 /2002 (estabelece diretrizes e normas para a assistência hospitalar psiquiátrica).Portaria MS nº 2254 de 05/08/2010 (instituiu a vigilância epidemiológica em âmbito hospitalar.) Portaria MS nº 2048 de 05/11/2002 (dispõe sobre o regulamento técnico para o funcionamento dos sistemas de urgência/emergência em âmbito nacional). Portaria GM/MS nº 648 de 28/03/ 2006 (Aprova a política nacional de atenção básica , estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização de atenção básica para o programa de saúde da família (PSF) e o programa de agentes comunitários).